

Ministério da Saúde promove medidas de ficção sanitária: Abrasco propõe ações para controlar o coronavírus no Brasil

A cobertura vacinal vem contribuindo para que as taxas de mortalidade e letalidade relacionadas à Covid-19 sejam bastante inferiores às ondas de casos de 2020 e 2021. No entanto, o cenário atual é de ampla e intensa circulação de pessoas e do vírus: a média móvel em 31 de dezembro de 2021 era 8.112, e em 24 de janeiro de 2022 é de 150.400. Em menos de um mês, os casos aumentaram 18 vezes.

Na nota [Testagem, máscaras e vacinas já! - Para conter os impactos da Covid-19 no contexto atual](#), publicada nesta quarta-feira (26), a Abrasco defende medidas urgentes para conter o crescimento dos casos, e reduzir os impactos na saúde da população e no SUS:

1. Testagem grátis, rápida e universal, com ampliação dos centros de testagem no SUS e disponibilização e distribuição do autoteste.
2. Vacina para todas e todos: busca ativa de quem ainda não tomou vacina, e dos que tomaram apenas 1 dose, e aceleração da vacinação de adolescentes e crianças.
3. Distribuição de máscaras (cirúrgicas e PFF2), e incentivo do uso em ambientes fechados e com grande concentração de pessoas. Promoção de medidas de distanciamento social. Ampla disponibilização de álcool 70%.
4. Fortalecimento das equipes da atenção primária, a fim de garantir acesso à vacina, testagem, ampla comunicação social e encaminhamento adequado das pessoas que precisam de cuidados.

Para Rosana Onocko, presidente da Abrasco e professora da Unicamp, o objetivo do documento é enfatizar a necessidade de medidas concomitantes para controlar a pandemia no país, e a falta absoluta de compromisso do Ministério da Saúde com essas ações: “Estamos falando de ações ativas e proativas para facilitar o acesso de máscaras de qualidade aos

trabalhadores brasileiros, estamos falando de aumentar a cobertura vacinal e de promover estratégias de busca ativa de vacina. É importante promover testagem sem discriminar por classe social: os autotestes devem estar ao alcance de todos, não disponíveis apenas em vendas nas farmácia”.

Onocko diz, ainda, que o Ministério da Saúde atua baseando-se em uma “ficção científica sanitária”, quando afirma que será voluntário informar ou não o resultado dos autotestes, e que “nenhum país do mundo está trabalhando dessa forma”.